



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 046

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SESSÃO Nº 046**SUMÁRIO**

| | |
|--|-----------|
| Lista de presenças..... | 02 |
| Abertura da Sessão Ordinária | 02 |
| Expediente: | |
| Requerimento..... | 02 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão / Votação | 03 |
| 2ª Discussão | 03 |
| 1ª Discussão | 04 |
| Requerimento | 13 |
| Encerramento da Sessão Ordinária..... | 13 |
| Publicações: | |
| Atas de Comissões | 14 |
| Comissão de Redação | 14 |
| Com. de Const. e Justiça | 14 |
| Com. de Tomada de Contas | 15 |
| Balancetes | 15 |

046ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MAIO DE 2005**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Ratinho Júnior e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão

Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ângelo Vanhoni, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri (07).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como não temos nem o Pequeno, nem o Grande Expedientes, nem Horário das Lideranças, peço a V. Exa. que permita-me inicialmente fazer um registro: acabo de receber a informação de que o jornal Impacto foi assaltado na noite passada e levaram os computadores, pela porta da frente. Destruíram o Jornal Impacto nessa madrugada.

E o segundo, Sr. Presidente, é um posicionamento que eu já há várias semanas estou querendo colocar aqui, até por não criar nenhum constrangimento queria que V. Exa. me desse apenas um tempo para colocar aqui uma posição.

Sr. Presidente, nós, ao longo da história desta Casa, sempre temos marcado Sessões Solenes nas quintas-feiras, e agora, nos últimos meses, marcado Sessões Solenes na segunda, na terça, na quarta. Quero dizer a V. Exa., esta é a opinião deste Parlamentar. Gostaria de fazer um pedido.

Sei que o meu pedido não tem o peso da maioria dos Parlamentares, e também não consultei os Parlamentares, tenho certeza absoluta que as pessoas homenageadas, se a Sessão fosse na quinta-feira, seria muito mais eficiente para prestar homenagem. E há um conflito neste momento dos trabalhos da Casa e das Sessões, que temos de homenagem, de entrega de títulos, enfim, com esse fim.

Gostaria de dar a minha posição; é o direito que tenho como Parlamentar, e fazer-lhe um pedido. V. Exa. tem sido um Presidente democrático, uma pessoa que tem uma experiência muito grande na direção desta Casa, para que as Sessões fossem feitas nas quintas-feiras e que pudéssemos ter uma melhor organização, para que não houvesse o prejuízo do trabalho parlamentar desta Casa, como está acontecendo neste momento. Já houve um atropelo dos oradores e ainda teremos uma Sessão Solene.

É uma opinião deste Parlamentar, se eu for voz vencida me curvo à vontade da maioria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Democraticamente respondo para V. Exa. Não é o Presidente quem marca as Sessões Solenes. São os requerimentos dos Srs. Parlamentares, devidamente aprovados pelo Plenário.

Faço um apelo aos Deputados que não apresentem requerimentos para Sessões Solenes, se não for quinta-feira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Peço desculpas, e peço que, a partir de hoje quando tiver requerimentos para homenagem, que eu possa encaminhar o requerimento e colocar a minha posição em votação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos fazer um apelo aos Parlamentares para que as Sessões Solenes sejam feitas somente nas quintas-feiras.

Os requerimentos que já foram aprovados, iremos cumprir.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Legislativo a outorgar título de Cidadania Honorária ao Sr. Benedito Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, o “Pinga Fogo”. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito estadual.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva e Aditiva de Plenário, de autoria do Deputado Delegado Bradock, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 038/2005

Substitui o Projeto de Lei Ordinária nº 038/2005, transformando-o em projeto de lei complementar, acrescentando um artigo nas disposições finais, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. Os artigos a que se refere esta lei serão aplicados para licitação e contratação de parceria público-privada, especificamente nos setores de transportes e saneamento básico.

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, Jocelito Canto e Ademir Bier.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Grandes Rios - APMI, com sede e foro no Município de Grandes Rios. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Hipismo, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2005, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação dada ao artigo 5º e insere dispositivos à Resolução nº 007/2004, de 31 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa-Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2004, de 13/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 333/2004

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei apresentado nesta Casa de Leis pelo eminente Deputado Renato Gaúcho, no qual pretende instituir um programa governamental denominado Bolsa-Esporte. A proposta consiste conceder um incentivo financeiro aos atletas e às atletas paranaenses, em forma de bolsa, no valor mensal de R\$500,00 (quinhentos reais) por bolsista, com recursos provenientes do Tesouro Estadual, dando inclusive rubrica à conta de dotação da Lei Orçamentária em vigor.

Limitada em 500 (quinhentas) bolsas anuais, com o destino de 10% (dez por cento) destas para o desporto para-olímpico, a presente proposição visa beneficiar atletas paranaenses entre 8 (oito) e 23 (vinte e três) anos de idade, exceto os portadores de deficiência que não teriam limite de idade. Serão beneficiados com bolsas, atletas

das mais diversas modalidades esportivas, priorizando-se os que integrarem a seleção estadual ou aos que estiverem entre os oito primeiros do ranking do Estado, em caso de modalidade individual, dando-se ainda preferência aos integrantes da seleção brasileira.

O projeto ainda fixa exigências para os atletas fazerem jus à bolsa, considerando-se para tanto o rendimento escolar, conduta disciplinar, nível técnico, entre outras, bem como estar filiado à federação paranaense da modalidade de sua atuação e comprometer-se a representar o Estado das competições oficiais ou eventos esportivos promovidos ou patrocinados. O bolsista ainda cederia os direitos de imagem ao Estado e usaria, obrigatoriamente, a sua logomarca.

A concessão da bolsa, pela proposição apresentada, terá duração de doze meses, renováveis por igual período, podendo o atleta ser desligado quando não estiver mais atendendo às condições estabelecidas no programa.

Propõe ainda a instituição de uma comissão, denominada “Comissão de Profissionais”, composta por um membro da Paraná Esporte, um da Secretaria Estadual de Educação e um representante das Federações Esportivas por elas indicadas, que terão a função de selecionar os bolsistas.

Os atletas bolsistas deverão prestar contas, mensalmente, à Comissão de Bolsa-Esporte e o valor recebido somente poderá ser utilizado para cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo.

A proposta segue exemplo de legislação idêntica aprovada e instituída no Estado de Goiás, que, segundo o autor, está obtendo resultados muito positivos.

Voto e Fundamentação

Embora apresentada em forma de programa de governo, cuja modalidade de proposição entendemos não ser atribuição dos membros do Legislativo, em que pese muitos projetos neste sentido já terem sido aprovados nesta Casa, na presente iniciativa, entendemos que, com algumas modificações no texto, pode-se desconstituir a proposta de um programa de governo, para ser uma garantia legal aos atletas paranaenses que dependem deste incentivo para dar continuidade em suas práticas esportivas de alta rentabilidade. Evidentemente resultará uma legislação não auto-aplicável, pois dependeria de regulamentação por parte do Executivo, aí sim, quiçá, transformando-se em um programa de governo, com as devidas previsões de recursos.

Diante disto, sugerimos expurgar da proposta todas as atribuições fixadas a órgãos do Executivo, mormente à Paraná Esportes, o que deverá ser estabelecido pelo Executivo Estadual no ato de sua regulamentação, pois do contrário ofenderia o artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual. Até o valor da bolsa entendemos ser inconveniente fixar no texto da lei, pois, embora pudesse significar

no momento uma garantia mínima, haveria um engessamento legal para uma eventual futura alteração, o que deve ser ato do Executivo.

Também remetemos para a regulamentação do Executivo a fixação da quantidade e o valor da bolsa-auxílio a ser concedida, bem como outros diversos aspectos da legislação, na forma do substitutivo que ora sugerimos.

Conclusão

Desta forma, este relator é de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 333/2004

PROJETO DE LEI Nº 333/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o auxílio financeiro em forma de bolsa-esporte para beneficiar atletas de alto rendimento que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública privada do Estado, visando a realização de projetos esportivos.

Art. 2º São condições essenciais para receber o auxílio:

I - apresentar um projeto específico da modalidade esportiva coletiva ou individual, juntando documentação, especificando as competições, participações em eventos esportivos ou campeonatos que estejam incluídos no calendário anual das federações ou entidades equivalentes;

II - ter entre 08 (oito) e 23 (vinte e três) anos de idade, salvo os casos de atletas portadores de deficiência que poderão receber a referida bolsa sem limite de idade, bem como em algumas modalidades esportivas que convêm admissão de atletas com idade inferior ou a maior, conforme a ser regulamentado;

III - aquiescência dos responsáveis pelos menores beneficiados;

IV - ser residente e domiciliado no Estado do Paraná durante o período que gerou a inclusão no projeto, bem como durante toda a vigência da bolsa;

V - realizar, em contrapartida social, no mínimo 8 (oito) horas/mês, na participação ou realização direta de cursos, oficinas, palestras ou atividades comunitárias com escolas da rede pública estadual de ensino, a ser definido em regulamentação própria.

Art. 3º Serão beneficiados os seguintes atletas:

I - modalidade individual: aqueles que estiverem comprovadamente classificados até o 8º (oitavo) lugar no ranking estadual, seguindo a ordem decrescente de cada modalidade e dando preferência aos integrantes da seleção brasileira;

II - modalidade coletiva: aqueles integrantes de seleção estadual, que tenham participado de competições nacionais, indicados pela federação correspondente, dando preferência aos integrantes da seleção brasileira.

Art. 4º Serão observados, ainda, os seguintes critérios para a concessão do benefício:

I - ter rendimento escolar aceitável e conduta disciplinar incensuráveis, comprovados através de boletim escolar ou outro documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, exceto quando se tratar de atletas que tenham concluído, pelo menos, curso de nível médio ou sejam atletas portadores de deficiência, casos em que esta comprovação é dispensada;

II - possuir nível técnico, comprovado através da entidade estadual de administração do desporto da modalidade correspondente, com indicação do ranking nacional, estadual ou regional respectivo;

III - participar, obrigatoriamente, da entrevista com os coordenadores do programa governamental correspondente;

IV - comprometer-se a representar o Estado do Paraná nas competições oficiais e eventos esportivos por ele promovidos ou patrocinados, na sua modalidade e categoria esportiva, sempre que convocado;

V - não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por tribunais de justiça desportiva, federação e/ou confederação das modalidades correspondentes;

VI - apresentar currículo com os resultados obtidos nos 03 (três) últimos anos, juntamente com o programa e calendário anual;

VII - estar filiado à entidade estadual de administração do desporto da modalidade de sua atuação.

§ 1º A concessão do auxílio, em forma de bolsa esporte é eventual, temporária, e perdurará enquanto o beneficiário estiver atendendo às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

§ 2º A modalidade esportiva que possuir mais de uma entidade representativa terá critérios de avaliação analisados pela comissão responsável pela elaboração e execução do programa correspondente.

§ 3º O atleta cederá os direitos de imagem ao Estado do Paraná, e usará, obrigatoriamente, em seu uniforme, a sua logomarca.

Art. 5º O Poder Executivo constituirá uma comissão, denominada Comissão de Profissionais, que terá a função de aprovar os projetos apresentados e selecionar os atletas beneficiados, e que será composta de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, sendo:

I - um representante titular e um suplente, representando a área de esportes do Governo do Estado, a ser indicado pelo responsável do órgão competente;

II - um representante titular e um suplente, representando a área educacional do Governo do Estado, a ser indicado pelo responsável do órgão competente;

III - um representante titular e um suplente, representando as entidades estaduais de administração do desporto no Estado do Paraná (federações), indicado em comum acordo por seus representantes, devendo o titular ser representante de entidade de desporto coletivo e o suplente de entidade de desporto individual, ou vice-versa.

§ 1º Os representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A função de membro da comissão é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º O número de unidades de bolsas a serem concedidas concomitantemente, bem como o valor mensal unitário será fixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único. Da quantidade de bolsas previstas serão destinadas, no mínimo, 10% (dez por cento) ao desporto paraolímpico contemplando todos os seus segmentos.

Art. 7º As bolsas-esporte ora instituídas terão a duração de 12 (doze) meses, renováveis por igual período, a critério da comissão prevista no artigo 5º desta lei.

Art. 8º Os projetos aprovados pela Comissão de Profissionais, prevista no artigo 5º desta lei, serão objeto de concessão de bolsa-esporte pelo órgão competente da área esportiva do Governo do Estado, a ser devidamente regulamentado, com assinatura dos candidatos, mediante termo de adesão.

Parágrafo Único. As modalidades esportivas amparadas para a concessão da bolsa esporte serão estabelecidas em regulamentação desta lei.

Art. 9º O valor da bolsa-esporte recebido pelo atleta beneficiado somente poderá ser utilizado para cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo, conforme a ser apresentado no plano de trabalho.

Art. 10. Os atletas bolsistas prestarão contas, inclusive relatórios técnicos, mensalmente, ao órgão gestor, que submete-los-á à Comissão de Profissionais prevista no artigo 5º desta lei, na forma a ser regulamentada, sem prejuízo da fiscalização ordinária dos recursos públicos.

Art. 11. Perderá o direito à bolsa-esporte o atleta que:

I - não apresentar documentação comprovando as suas participações nas competições previstas no projeto a que se refere o artigo 2º, inciso I, desta lei;

II - quando convocado, não participar das competições sem justificativa convincente;

III - transferir-se para outro Estado ou País;

IV - utilizar os recursos da bolsa-esporte para fins não especificados no artigo 9º desta lei;

V - for dispensado de seleções representativas do Paraná ou nacionais por indisciplina;

VI - deixar de cumprir quaisquer das condições exigidas pelo artigo 4º desta lei.

Art. 12. É vedada a concessão simultânea de mais de uma bolsa-esporte a um mesmo atleta.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação 27811012.314 - da Lei Orçamentária nº 14.275 de 29.12.2003.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 333/2004

P A R E C E R :

Parecer ao projeto de lei que institui o Programa Bolsa-Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado.

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A proposição pretende criar um Programa Estadual denominado Bolsa-Esporte.

O auxílio concedido aos atletas corresponde a R\$500,00 (quinhentos reais) mensais.

Em 2004, a proposição foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Naquela oportunidade, os Deputados Tadeu Veneri e Elton Carlos Welter pediram vistas e sugeriram maiores estudos sobre a proposição, inclusive sobre o montante de recursos envolvidos.

A Paraná Esporte, por seu Presidente Ricardo Gomyde, manifestou-se favoravelmente à proposição informando que estava adequada ao plano de ação.

O assessor técnico da Paraná Esporte sugeriu adequação no texto propondo destinação orçamentária específica para tal projeto.

Designado relator da proposição, em 16 de março de 2005, o Deputado Elton Carlos Welter exarou parecer apresentando substitutivo geral adequando às sugestões apresentadas.

A CCJ adotou parecer bem como o substitutivo geral apresentados pelo relator.

A esta Comissão cabe analisar o mérito da proposição, bem como seu impacto financeiro.

O autor deixou de apresentar os demonstrativos financeiros e a clara origem dos recursos, o que dificulta uma análise mais aprofundada do quanto esta medida representa no orçamento do Estado do Paraná.

Considerando a importância de tal medida para o esporte paranaense, o parecer é pela tramitação regimental da proposição.

Oficie-se ao autor para que apresente os demonstrativos do impacto financeiro bem como a origem dos recursos, até o momento que a proposição for a Plenário. Estar-se-á desta forma preservando a proposição contra veto do Governador sob este argumento.

Ao autor caberá defender a proposição original, caso não concorde com o substitutivo geral apresentado pelo nobre relator da CCJ.

O parecer é pela tramitação da proposição depois de oficiado o autor para que supra a omissão da proposta inicial.

Sala das Comissões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 333/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Renato Gaúcho, tem o objetivo de instituir o Programa Bolsa-Esporte.

Fundamentação

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou mérito no projeto que visa instituir o Programa Bolsa-Esporte, para incrementar uma política permanente de incentivos ao esporte no Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 333/2004, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a unidade nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 444/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, denomina de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a Unidade Nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara.

Fundamentação

O projeto tem por finalidade alterar a denominação do já citado estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara, com o objetivo de homenagear uma personalidade, que muito contribuiu com o desenvolvimento daquela comunidade.

Bem é de ver que efetivamente a pessoa de Carmem Boazar de Lima dedicou boa parte de sua vida às atividades ligadas à educação, contribuindo assim sobremaneira para o desenvolvimento e o crescimento da vida escolar daquele município, pelo que entendemos como justa a homenagem que se busca com o presente projeto.

Conclusão

Diante disto, somos favorável ao projeto de lei, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 444/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, denomina de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a Unidade Nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara.

Chamado a opinar sobre o conteúdo do mesmo, este Deputado, membro da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, entende que não há qualquer óbice a ser aposto contra a sua regular tramitação, entendendo ser justa e legal a proposta formalizada pelo presente projeto de lei.

Isto posto, sou de parecer favorável ao projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente, na Região Metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 039/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Artagão Júnior, que pretende dar nova redação à Lei Estadual nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que entre outras disposições, fixa a abrangência territorial da Região Metropolitana de Curitiba, para incluir o Município de Campo do Tenente na mesma.

A inclusão do referido Município na Região Metropolitana de Curitiba fundamenta-se, segundo o proponente, em justificativa sintética, pelo fato de muitas pessoas, residentes em Campo do Tenente, trabalhar em Curitiba e por isso deveriam também se beneficiar das ações da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), além de argumentar que esta inclusão também trará prosperidade àquele Município.

Voto do Relator e sua fundamentação

A concentração urbana é um fenômeno que, no Brasil, já se iniciou há várias décadas, mas com processo cada vez mais acelerado, provocando aglomerações de municípios vizinhos, denominadas “grandes conurbações urbanas”, e a conseqüente comunicação econômico-social entre as cidades, o que gera questões de ordem comum.

Antes mesmo da produção legal que veio fornecer base jurídica para a disciplina das Regiões Metropolitanas no Brasil, já existiam experiências embrionárias de administrações metropolitanas, principalmente a partir da década de 60, mobilizando Municípios e Estados com a finalidade de promover a melhor e mais eficiente adequação do espaço urbano conurbado.

Embora existam estudos prévios e experiências embrionárias em andamento, inclusive com a participação da sociedade civil, com tendência das administrações metropolitanas serem de iniciativa dos Estados e dos Municípios que desejassem se consorciar, foi por uma versão autoritária que se introduziu uma norma sobre a matéria. Por proposta do então Senador Eurico Resende, foi aprovada uma emenda à Constituição de 1967, consubstanciada pelo parágrafo 10, do artigo 157, que esta-

belecia que a União, mediante lei complementar, poderia instituir Regiões Metropolitanas no País.

Foi então em 1973, com a edição da Lei Complementar nº 14, que se criou, juntamente com outras sete regiões de capitais estaduais, a Região Metropolitana de Curitiba, a qual foi originalmente instituída com 14 Municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova.

A norma que veio nortear as regiões metropolitanas ainda sob a ótica do regime autoritário, importou em uma indiscutível redução da autonomia municipal, seja pela participação compulsória, seja pela forma da criação dos fóruns decisórios.

O constituinte de 1988, no entanto, foi sensível às novas necessidades institucionais e respondeu aos anseios federalistas, com a seguinte redação sobre a matéria:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Desta forma, passou a ser função dos Estados adequarem suas Constituições para atender à nova competência disposta na Carta Federal.

O constituinte estadual do Paraná introduziu na sua nova atual Carta Política todo um capítulo sobre a matéria, compreendendo os artigos 21 a 26, inclusive facultando a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

O lei que o ilustre proponente propõe seja alterada, com a introdução de mais um município, é a de nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, mas que de fato substitui a Lei Estadual nº 6517, de 2 de janeiro de 1974, e que instituiu a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. Foi nesta lei ordinária que se introduziu, em seu artigo 2º, a sua abrangência geográfica, discriminando os municípios que a compõem. Mas, no nosso modesto entendimento e com o devido respeito, andou mal o legislador da época.

Embora a criação do órgão gestor de uma região metropolitana é feita através de lei ordinária, a sua instituição, com a discriminação de sua base territorial, deve ser feita por lei complementar. E, em que pese continuar em vigor a ordenação normativa anterior não conflitante com a ordem constitucional, caberia aos Estados aprovar lei complementar para instituir Regiões Metropolitanas, inclusive para aquelas já criadas por lei federal na vigência da Constituição anterior, a fim de atribuir tal condição administrativa e também para evitar um vazio jurídico ou,

ao menos, adaptar à forma adequada. Ainda que o constituinte não tenha se aprofundado na questão, deixando de criar a figura da entidade política regional, certo é que a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, como o próprio nome diz, complementar a Constituição Federal então em vigor a atual não a recepcionou.

Urge, portanto, salvo melhor juízo, a aprovação de uma lei complementar estadual para, não criar, mas, ratificar, a Região Metropolitana de Curitiba, adequando-a ao ordenamento jurídico em vigência. Senão teremos o seguinte absurdo: para se incluir um município nas regiões metropolitanas criadas já sob a égide da atual Constituição, como se as de Londrina e Maringá, exigir-se-á Lei Complementar, ao passo que para a inclusão de um município na Região Metropolitana de Curitiba bastará lei ordinária.

Portanto, a Lei Ordinária Estadual nº 6517/74 criou a COMEC, e na qual, em seu artigo 2º, foi incluída a relação dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, então constituída pelos 14 (quatorze) municípios originários. Esta lei, por sua vez, foi integralmente revogada e substituída pela nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, e que incluiu os Municípios de Cerro Azul, Doutor Ulisses, Quitandinha e Tijucas do Sul. Esta lei já sofreu alterações pela Lei nº 11.096, de 16 de maio de 1995, que incluiu o Município de Adrianópolis; pela Lei nº 12.125, de 22 de abril de 1998, que incluiu o Município de Agudos do Sul; e também pela Lei nº 13.512, de 8 de fevereiro de 2002, que incluiu o Município da Lapa. Esta última inclusive sofre veto governamental, mas que restou derrubado por este Legislativo, restando promulgada. Todas leis ordinárias. E, embora apenas no ano de 1998, através da Lei nº 12.125, tenha sido introduzido no texto da lei que os municípios desmembrados dos originalmente integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, passam, automaticamente, a integrar a Região Metropolitana, os Municípios de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei nº 9213, de 29 de janeiro de 1990; o Município de Tunas do Paraná, criado pela Lei nº 9236, de 30 de abril de 1990; o Município de Itaperuçu, criado pela Lei nº 9437, de 10 de dezembro de 1990; o Município de Pinhais, criado pela Lei nº 9906, de 20 de março de 1992; e o Município de Campo Magro, criado pela Lei nº 11.221, de 11 de dezembro de 1995, são considerados integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, desde a sua criação.

Observa-se que, não apenas deixou-se de se adequar a Região Metropolitana de Curitiba à Constituição Federal e Estadual, com a necessária aprovação de lei complementar estadual, como inúmeros municípios foram incluídos na Região Metropolitana de Curitiba, mediante sua mera inclusão na lei ordinária que tinha como escopo criar o órgão administrativo que coordena as ações da referida região metropolitana.

No entanto, em que pese nossa opinião de que a lei ordinária deve restringir-se a normatizar o órgão COMEC, enquanto a instituição da Região Metropolitana de Curitiba, e suas eventuais alterações, deve ser normati-

zada por lei complementar, somos da opinião, ante a situação posta até o momento, e até para dar tratamento igual ao que já se aprovou nesta Casa de Leis, somos da opinião que **a proposição pode ser acatada**.

Assim concluímos em razão da proposição ora em exame propor a alteração de um artigo da lei ordinária que regula a entidade que coordena as ações da referida região metropolitana e, que meramente reproduz em seu texto a base territorial que deveria constar em lei complementar. Em permanecendo esta reprodução da base territorial no texto da lei ordinária que regula a COMEC, ainda que se tivesse a Lei Complementar e esta sofresse alteração com a introdução de um novo município, ainda a mesma também deve ser alterada. E isto se faz com a proposição ora sendo relatada.

Isto naturalmente sem prejuízo da advertência de que falta uma Lei Complementar para ajustar toda a instituição “Região Metropolitana de Curitiba” ao ordenamento constitucional em vigência, ainda que não revestido da natureza de ente político. Mas esta deficiência deve ser sanada através de outra proposição, ou seja, de proposição de um Projeto de Lei Complementar.

Com a introdução do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) ficou mais evidenciado que o planejamento das regiões metropolitanas deve ser feito em conjunto, em proveito de todos, observado o potencial geo-sócio-econômico local, pois os problemas são da mesma ordem. Certamente o mais importante instrumento que a referida norma impõe é o Plano Diretor, que passa a ser obrigatório a todos os municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, ainda que com menos de vinte mil habitantes.

Em face disto também entendemos que a proposição deve tramitar, vez que a irregularidade formal apon-tada, pelo vazio legislativo na adaptação à norma constitucional vigente, não é desta proposição, mas de toda a constituição da Região Metropolitana de Curitiba.

Conclusão Dispositiva

Pelo acima exposto, opinamos nesta Comissão de Constituição e Justiça, dentro das funções atribuídas aos membros desta quanto aos aspectos formais das proposições legislativas, somos pela admissibilidade do presente projeto de lei, na forma da fundamentação acima exposta.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 039/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto de autoria do Deputado Artagão Júnior dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba.

Como justificativa o Parlamentar cita que muitas pessoas que residem no referido Município trabalham em

Curitiba e deveriam, também, usufruir dos benefícios e dos programas da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana.

Do Parecer

A inclusão de município na Região Metropolitana de Curitiba, através de Lei Ordinária, é fato comum nesta Casa. Compulsando os arquivos do Departamento Legislativo, encontramos o Projeto de Lei nº 022/95, o qual foi aprovado e culminou com a sanção da Lei nº 11.096/95, incluindo o Município de Adrianópolis.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Legislador visou impor aos detentores de cargos públicos os limites nos gastos do erário. Para tanto foram instituídos vários critérios para o atingimento de metas a serem obedecidas, dentre os quais estabelece que sempre que se deseje praticar renúncia da receita ou se deseje ampliar a despesa, deve haver, sempre, uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

O projeto prevê a inclusão de mais um município a ser albergado pelo planejamento, estrutura e benefícios afeitos à COMEC. A referida autarquia possui dotação orçamentária própria, conforme determina a lei que a instituiu. Esta dotação deve ser precedida de um plano plurianual e de um orçamento, que, com certeza, não contempla o município de Campo do Tenente.

Contudo, este é o período ideal, em razão de que está sendo discutido o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o que seria fundamental a célere aprovação desta lei a fim de que seja possível adequar Campo do Tenente à Região Metropolitana.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao trâmite da matéria, com celeridade, a fim de que siga a proposta seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 11.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera o artigo 8º e revoga a tabela VII, da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o regimento dos atos judiciais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 003/2005, de 22.02.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 041/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Reni Pereira, o Projeto de Lei nº 041/2005 visa alterar o artigo 8º e alterar a Tabela VII da Lei 13611/2002 que dispõe sobre o regimento dos atos judiciais.

De fato o artigo 114 da Constituição Federal expressa: “O Ministério Público é uma instituição per-

manente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

O autor pretende com sua proposição retirar do texto legal vigente a taxa de cobrança determinada para que o Ministério Público intervenha nos feitos de ordem notariais e registrais.

Do Voto

Da análise do projeto não se percebem óbices constitucionais ou legais para que seja aprovado. Desta forma somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 041/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo alterar a redação do artigo 8º e revogar a Tabela VII da Lei 13.611/2002, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo. Ao examinar a proposição, a Comissão de Finanças acompanha o pensamento do autor, considerando indevida a cobrança feita pelo Ministério Público, de taxa equivalente a três reais, para que o mesmo intervenha nos feitos e ordem notariais e registrais.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a denominar a nova Escola Pública Estadual do Bairro Hortência II, em Fazenda Rio Grande, com o nome da Sra. Lucy Requião de Mello e Silva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 007/2005, de 01.03.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 057/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

Versa o presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário de autorização no sentido de que o Poder Executivo denomine de Colégio Estadual Lucy

Requião de Mello e Silva, o prédio onde funcionará a escola pública estadual no Bairro Hortência II, em Fazenda Rio Grande.

Em sua justificativa o autor indica ser a homenageada professora que com dedicação atuou através de vida exemplar e que seu exemplo merece ser conhecido pela população.

Do Voto

A denominação de logradouros, praças e edifícios públicos é tarefa do Poder Público, e consta do artigo 53, XIII da Constituição do Estado do Paraná que *“cabe à Assembléia Legislativa...dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente...aos bens do domínio público.”*

Ora, ao representante do povo cabe então também propor nomes que traduzam a história e a cultura de um povo. E de outro, que não ofenda o contido no artigo 37 da CF/88:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade...”

Desta forma, o Projeto de Lei nº 057/2005 se inscreve na órbita da legalidade e da constitucionalidade. Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 057/2005

P A R E C E R :

Em nossas mãos para análise e parecer o Projeto de Lei nº 057/2005 de autoria do Exmo. Deputado Geraldo Cartário que autoriza o Poder Executivo a denominar nova escola pública estadual do Bairro Hortência II da cidade de Fazenda Rio Grande, com o nome da Sra. Lucy Requião de Mello e Silva.

Do Parecer

Em virtude de que aquela unidade educacional ainda não recebeu denominação e entendendo justa a homenagem que se pretende prestar à professora Lucy Requião de Mello e Silva, não vemos nenhum impedimento que seja dado esta nomenclatura à referida escola estadual.

Do Voto

Este Relator declara-se favorável a que o presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário tenha seu trâmite normal até final aprovação pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 122/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe sobre a licença, sem vencimento, para o trato de interesses particulares do servidor público civil estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 015/2005, de 22.03.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Reni Pereira o Projeto de Lei nº 122/2005 visa alterar dispositivo existente na Lei 6174/70 no referente ao tempo disponível para licença sem vencimentos. O autor pretende com a iniciativa alargar o período de dois para quatro anos compatibilizando a regra do Estado àquela dos servidores da União, conforme preconizado pela Lei 9527, de 10 de dezembro de 1997.

Do Voto

Sob o contexto meramente formal o Projeto de Lei nº 122/2005 como se apresenta, iniciativa de lei autônoma versando matéria que por si é privativa, poderia ofender o texto constitucional, em especial o artigo 66, I e II da Constituição Federal e o artigo 53, VII da Constituição Estadual. A correção, entretanto, pode dar-se transformando-se o texto ora apresentado em Emenda ao texto legal existente, como na forma do substitutivo geral.

Da Conclusão

Somos de parecer favorável, adotando-se a forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2005

P A R E C E R :

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos da Lei 6174/70 para dizer:

“Art. 240...

§...

§ 2º A licença não perdurará por tempo superior a quatro anos contínuos, e só será concedida nova, depois de decorridos quatro anos do término da anterior”.

§ 3º Ao servidor que esteja à data da publicação desta lei usufruindo de licença na forma do caput deste artigo, poderá ser prorrogada por período que complete quatro anos.

§ 4º O servidor que já tenha usufruído licença sem vencimentos há menos de dois anos a contar da data de publicação desta lei, poderá requerer renovação da

licença por período que perfaça o total de até quatro anos”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, dispõe sobre licença, sem vencimentos, para o trato de assuntos particulares, do servidor público civil estadual.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo, na forma de emenda substitutiva geral.

A preocupação principal do autor é beneficiar os servidores para tratar de interesses particulares, sem ônus para os cofres públicos.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer aos Srs. Deputados que para a aprovação do referido projeto precisamos de 28 votos favoráveis.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, mais uma inconstitucionalidade. Imagine se qualquer funcionário público tiver livre arbítrio para tirar a hora em que quiser, como ficaria o funcionamento de uma máquina pública?

Isso é uma atribuição e uma responsabilidade do Governo! Então, quero pedir à base de apoio do Governo para rejeitar esse projeto.

Já consultamos à Secretaria da Administração e é humanamente impossível a aprovação desse projeto que, com certeza, seria um desgoverno do Governo do Estado. Portanto, peço a rejeição do projeto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu gostaria que o Líder do Governo citasse a inconstitucionalidade, tendo em vista que esse projeto foi aprovado na CCJ e, inclusive, está adequado à Lei Maior que é a Lei Federal.

Eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade em adequar as leis do Paraná às leis federais. Eu vejo, sim, incoerência e inconstitucionalidade quando o Estado do Paraná tenta sobrepujar as leis federais e, inclusive, decretos federais que regulamentam várias matérias.

Então, gostaria de encaminhar favoravelmente, porque este projeto nada mais faz do que adequar a lei estadual à lei federal.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

O projeto apresenta um flagrante de inconstitucionalidade e, na verdade, um vício de origem. A iniciativa não compete ao Deputado.

A iniciativa, como prevê a Constituição Federal, é exclusiva do Poder Executivo. Portanto, esse projeto é inconstitucional; tem vícios de iniciativa.

Nós encaminhamos pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que se dirijam às suas poltronas para fazermos a conferência de votação.

Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei Complementar nº 122/2005 de autoria do Deputado Reni Pereira, queiram levantar-se. Doze Deputados aprovam.

Automaticamente está rejeitado; não conseguiu vinte e oito votos.

Está **rejeitado**. Vai para o arquivo.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 12.420, de 13 de janeiro de 1999 que assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 023/2005, DE 06/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/2005

P A R E C E R :

A Deputada Cida Borghetti, em conjunto com outros Deputados, apresentou o Projeto de Lei nº 170/2005, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.420/99, passando o referido artigo a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo Único - É obrigatória a exposição em local de ampla visualização para os consumidores, nos postos revendedores, dos telefones do PROCON, da Secretaria de Estado da Fazenda e do Comitê Sul Brasileiro de qualidade de combustíveis”.

A proteção ao consumidor é dever do Estado e tanto é assim que o Legislador Constituinte de 1988 elevou tal proteção ao Título II da Carta Magna, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, sendo tais direitos assegurados pelas cláusulas pétreas, verdadeiras garantias à não exclusão daqueles direitos da ordem jurídica, senão, vejamos o que dispõe o artigo 5º, XXXII:

Art. 5º

XXXII - O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Ademais, denota-se que o projeto em epígrafe atende aos requisitos constitucionais quando à iniciativa, uma vez que o artigo 24, inciso VIII determina que compete privativamente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

E o parágrafo 2º do citado dispositivo determina que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados:

Aliás, conforme depreende-se do artigo 65 da Constituição Estadual:

“A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição”.

No que diz respeito à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, o projeto é constitucional, legal e de boa técnica legislativa, de modo que o meu parecer é favorável à aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 170/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 12.420/99, que assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade de produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo. A proposição pretende assegurar ao consumidor a possibilidade de encaminhar

questionamentos e reclamações através de disponibilização de linhas telefônicas dos órgãos de proteção ao consumidor.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 13

Conforme entendimento com o autor, vai ser incluído na pauta de segunda-feira.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela - ensino fundamental, médio e profissional, com sede e foro no Município de Assis Chateaubrinad.COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, DE 19/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 198/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela - com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1476, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 023, 109, 206 e 581/2003; 292, 333 e 444/2004; 039, 056, 057, 061, 088, 170, 186 e 198/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005 e do Projeto de Resolução nº 010/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/2005.

Dentro de dez minutos teremos a Sessão Solene em homenagem à Sra. Anice Jamil Aboulhossem Messmar.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 099/2004 e 144/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sottomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, relatou os Projetos de Lei nºs 024/2005 e 025/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos,

dos quais para constar eu, Eliza Sottomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA 10 DE MAIO DE 2005

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 087/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 088/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. O Deputado Ademar Traiano solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 135/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 140/2005, de autoria Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 157/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 125/2005, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros. Os Deputados Delegado Bradock e Elton Carlos Welter, solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 126/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 174/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados Ademar Traiano e

Luiz Carlos Martins solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente. O Sr. Presidente coloca em votação a sugestão do Deputado Ademar Traiano para, simultaneamente, converter a matéria em diligência junto ao autor com objetivo de encaminhar a esta Comissão uma certidão de capacidade de endividamento, bem como esclarecer quais os Municípios ou áreas que serão atendidas - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 142/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 171/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 109/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 186/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 204/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 198/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Comissão de Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 3ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deli-

berar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 039/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto, Relator da Proposição nº 039/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referentes ao mês de abriu de 2005. Considerando as análises expendidas, conclui o Relator que as contas estão exatas, atendem à legislação em vigor, recebendo parecer favorável, decisão essa acatada por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARIA REGINA SUBTIL - Secretária

Balancetes

OFÍCIO Nº 014/2005

Curitiba, 17 de maio de 2005.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2005, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

| | | |
|--|---------------------|-----------------|
| BALANCETE FINANCEIRO | MÊS: Janeiro | REF: GAR260A |
| ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | PAG.: 01 |
| UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | Data:31/01/2005 |
| MÊS: Janeiro | Exercício: 2005 | |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|--------------------|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| RECEITAS CORRENTES | 16.200.000,00 | 16.200.000,00 |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIA CORRENTES | 16.200.000,00 | 16.200.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 100.000,00 | 100.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 100.000,00 | 100.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 16.300.000,00 | 16.300.000,00 |
| | | |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 245.797,74 | 245.797,74 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 245.797,74 | 245.797,74 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 245.797,74 | 245.797,74 |
| | | |
| SALDO DO MÊS ANTERIOR | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 12.626.438,21 | 12.626.438,21 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR | 12.626.438,21 | 12.626.438,21 |
| TOTAL | 29.172.235,95 | 29.172.235,95 |

| | | |
|--|--|--|
| BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro | MÊS: Janeiro Exercício: 2005 | REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2005 |
|--|--|--|

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---|----------------------|----------------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| DESPESAS CORRENTES | 10.430.655,92 | 10.430.655,92 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 8.731.398,66 | 8.731.398,66 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.699.257,26 | 1.699.257,26 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE DESPESAS | 10.430.655,92 | 10.430.655,92 |
| | | |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| RESTOS A PAGAR | 360.353,82 | 360.353,82 |
| PAGAMENTOS | 360.353,82 | 360.353,82 |
| CANCELAMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 24.000,00 | 24.000,00 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 24.000,00 | 24.000,00 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 384.353,82 | 384.353,82 |
| | | |
| SALDO PARA O MÊS SEGUINTE | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 18.357.226,21 | 18.357.226,21 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE | 18.357.226,21 | 18.357.226,21 |
| TOTAL | 29.172.235,95 | 29.172.235,95 |

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 15/2005

Curitiba, 17 de maio de 2005.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2005, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

| | | |
|--|-----------------------|-----------------|
| BALANCETE FINANCEIRO | MÊS: Fevereiro | REF: GAR260A |
| ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | PAG.: 01 |
| UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | Data:28/02/2005 |
| MÊS: Fevereiro | Exercício: 2005 | |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|----------------------------|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| RECEITAS CORRENTES | 16.000.000,00 | 32.200.000,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIA CORRENTES | 16.000.000,00 | 32.200.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 100.000,00 | 200.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 100.000,00 | 200.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 16.100.000,00 | 32.400.000,00 |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---|---------------|---------------|
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 256.057,50 | 501.855,24 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 256.057,50 | 501.855,24 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 256.057,50 | 501.855,24 |
| | | |
| SALDO DO MÊS ANTERIOR | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 18.357.226,21 | 12.626.438,21 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR | 18.357.226,21 | 12.626.438,21 |
| TOTAL | 34.713.283,71 | 45.528.293,45 |

| | |
|---|---|
| BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro Exercício: 2005 | MÊS: Fevereiro REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 28/02/2005 |
|---|---|

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|----------------------------|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| DESPESAS CORRENTES | 14.018.629,99 | 24.449.285,91 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 12.067.896,93 | 20.799.295,59 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.950.733,06 | 3.649.990,32 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE DESPESAS | 14.018.629,99 | 24.449.285,91 |
| | | |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| RESTOS A PAGAR | 301.529,80 | 661.883,62 |
| PAGAMENTOS | 301.529,80 | 661.883,62 |
| CANCELAMENTOS | 0,00 | 0,00 |

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---|---------------|---------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 39.000,00 | 63.000,00 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 39.000,00 | 63.000,00 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 340.529,80 | 724.883,62 |
| SALDO PARA O MÊS SEGUINTE | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 20.354.123,92 | 20.354.123,92 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE | 20.354.123,92 | 20.354.123,92 |
| TOTAL | 34.713.283,71 | 45.528.293,45 |

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 016/2005

Curitiba, 17 de maio de 2005.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2005, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

| | | |
|--|-------------------|------------------|
| BALANCETE FINANCEIRO | MÊS: Março | REF: GAR260A |
| ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | PAG.: 01 |
| UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | Data: 31/03/2005 |
| MÊS: Março | Exercício: 2005 | |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|--------------------|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| RECEITAS CORRENTES | 16.000.000,00 | 48.200.000,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIA CORRENTES | 16.000.000,00 | 48.200.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 300.000,00 | 500.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 300.000,00 | 500.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 16.300.000,00 | 48.700.000,00 |
| | | |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 381.575,32 | 883.430,56 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 381.575,32 | 883.430,56 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 381.575,32 | 883.430,56 |
| | | |
| SALDO DO MÊS ANTERIOR | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 20.354.123,92 | 12.626.438,21 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR | 20.354.123,92 | 12.626.438,21 |
| TOTAL | 37.035.699,24 | 62.209.868,77 |

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: **Março**
 ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 MÊS: **Março** Exercício: 2005

REF: GAR260A
 PAG.: 02
 Data: 31/03/2005

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|--|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| DESPESAS CORRENTES | 15.981.164,56 | 40.430.450,47 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 13.400.206,52 | 34.199.502,11 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.580.958,04 | 6.230.948,36 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 21.174,75 | 21.174,75 |
| INVESTIMENTOS | 21.174,75 | 21.174,75 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE DESPESAS | 16.002.339,31 | 40.451.625,22 |
| | | |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| RESTOS A PAGAR | 195.676,35 | 857.559,97 |
| PAGAMENTOS | 195.676,35 | 857.559,97 |
| CANCELAMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 134.000,00 | 197.000,00 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 134.000,00 | 197.000,00 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 329.676,35 | 1.054.559,97 |
| | | |
| SALDO PARA O MÊS SEGUINTE | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 20.703.683,58 | 20.703.683,58 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE | 20.703.683,58 | 20.703.683,58 |
| TOTAL | 37.035.699,24 | 62.209.868,77 |

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 17/2005

Curitiba, 17 de maio de 2005.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de ABRIL/2005, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

| | | |
|--|-------------------|-----------------|
| BALANCETE FINANCEIRO | MÊS: Abril | REF: GAR260A |
| ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | PAG.: 01 |
| UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ | | Data:30/04/2005 |
| MÊS: Abril | Exercício: 2005 | |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---|----------------------|----------------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| RECEITAS CORRENTES | 15.600.000,00 | 63.800.000,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIA CORRENTES | 15.600.000,00 | 63.800.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 200.000,00 | 700.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 200.000,00 | 700.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 15.800.000,00 | 64.500.000,00 |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 404.987,31 | 1.288.417,87 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |

| RECEITA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|--|---------------|---------------|
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 404.987,31 | 1.288.417,87 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 404.987,31 | 1.288.417,87 |
| SALDO DO MÊS ANTERIOR | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 20.703.683,58 | 12.626.438,21 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR | 20.703.683,58 | 12.626.438,21 |
| TOTAL | 36.908.670,89 | 78.414.856,08 |

| | |
|---|---|
| BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Abril Exercício: 2005 | MÊS: Abril REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/04/2005 |
|---|---|

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---|---------------|---------------|
| I - ORÇAMENTÁRIA | | |
| DESPESAS CORRENTES | 14.232.718,49 | 54.663.168,96 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 11.591.237,04 | 45.790.739,15 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.641.481,45 | 8.872.429,81 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 62.641,00 | 83.815,75 |
| INVESTIMENTOS | 62.641,00 | 83.815,75 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE DESPESAS | 14.295.359,49 | 54.746.984,71 |
| II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | |
| RESTOS A PAGAR | 0,00 | 857.559,97 |
| PAGAMENTOS | 0,00 | 857.559,97 |
| CANCELAMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL | 0,00 | 0,00 |
| PENDENTE | 0,00 | 0,00 |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |

| DESPESA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|--|---------------|---------------|
| PASSIVO FINANCEIRO | 204.769,04 | 401.769,04 |
| DÉBITOS DE TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 204.769,04 | 401.769,04 |
| CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | 204.769,04 | 1.259.329,01 |
| | | |
| SALDO PARA O MÊS SEGUINTE | | |
| CAIXA | 0,00 | 0,00 |
| BANCOS | 22.408.542,36 | 22.408.542,36 |
| VINCULADO | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE | 22.408.542,36 | 22.408.542,36 |
| TOTAL | 36.908.670,89 | 78.414.856,08 |

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

